

September 2023 | PT

This page is also available in:

- ES
- BG
- CS
- DA
- EN
- DE
- ET
- FR
- EL
- GA
- HR
- IT
- LV
- LT
- HU
- MT
- NL
- PL
- FI
- RO
- SK
- SL
- SV

Available Languages:

EDITORIAL



Editorial

Caras leitoras, Caros leitores,

As férias de verão terminaram. Bem-vindos de volta!

Espero sinceramente que esta pausa estival tenha sido prazenteira e reparadora e nos tenha permitido recarregar as baterias para os próximos meses, que se anunciam exigentes. Estamos a entrar numa fase crítica para a UE, em que aumenta a pressão para concluir acordos e legislação fundamentais antes do arranque da campanha eleitoral para o Parlamento Europeu, e o CESE está empenhado em abordar uma série de questões prementes para a sociedade civil.

As vagas de calor sem precedentes e as inundações e os incêndios florestais devastadores que assolaram a UE este verão são concludentes: é preciso agir. E já! A Europa necessita urgentemente de um plano de ação global para a água. O CESE está a elaborar um parecer transversal para assegurar que a UE dispõe de financiamento, de infraestruturas e de uma estratégia para a água adequados, no intuito de garantir que todos têm acesso a água potável. Tal como o Pacto Ecológico se tornou sinónimo do compromisso da UE com a ação climática, o Pacto Azul que começa a desenhar-se deve aspirar a tornar-se a nova referência mundial no que respeita à gestão sustentável da água.

Curiosamente, os cidadãos da UE reclamaram uma atualização das regras da UE em matéria de água potável há mais de uma década. O potencial da Iniciativa de Cidadania Europeia (ICE) continua por explorar e temos de melhorar, coletivamente, a nossa capacidade de dar resposta às preocupações dos cidadãos. É por esta razão que, na próxima reunião plenária do CESE, em setembro, teremos a oportunidade de ouvir os organizadores da Iniciativa de Cidadania Europeia «Fur Free Europe» [Uma Europa sem peles], que reuniu 1,5 milhões de apoiantes de toda a UE. A Assembleia Plenária debaterá igualmente uma revisão específica do orçamento da UE, que, perante uma crise inesperada, teve de ser rapidamente adaptado para dar uma resposta eficaz às novas prioridades prementes.

À luz da nossa missão de dar voz à sociedade civil, continua a ser fundamental o compromisso que assumi no meu manifesto político de amplificar a voz dos jovens. Em julho, o CESE tornou-se a primeira instituição da UE a pôr em prática a avaliação da perspetiva dos jovens pela UE, um marco importante que sublinha o meu empenho nesta questão. Gostaria de agradecer a todos os

membros do CESE pelo seu apoio no processo que levou a esta decisão crucial. Além disso, estamos agora a criar no CESE um Grupo para a Juventude e a selecionar pareceres para a primeira ronda de avaliação da perspetiva dos jovens pela UE.

Nos próximos meses, também reforçaremos os laços com a sociedade civil para além das nossas fronteiras, em especial com os países candidatos à adesão à UE. O CESE intensificou as suas relações com os países candidatos à adesão à UE de modo a associá-los ao nosso trabalho quotidiano. Na sua reunião mais recente, a Assembleia Plenária do CESE reafirmou esse mesmo compromisso, e o próximo Fórum da Sociedade Civil dos Balcãs Ocidentais, que terá lugar em Salónica – a mesma cidade onde o futuro europeu dos Balcãs Ocidentais despontou há duas décadas –, é promissor.

Ao mesmo tempo, estamos a preparar-nos para o maior exercício democrático na UE – as eleições para o Parlamento Europeu, que se realizarão em junho de 2024. Neste contexto, permitam-me chamar a atenção para a Iniciativa EurHope e para uma consulta em linha que definirá a agenda para a juventude ainda antes das eleições. O contributo da sociedade civil enquanto voz dos cidadãos europeus, em especial a dos jovens, é fundamental para reforçar a resiliência democrática e moldar o futuro da Europa.

Oliver Röpke

Presidente do CESE

AGENDA

25 de setembro de 2023

Dia Biológico da UE – Cerimónia de entrega dos Prémios Europeus da Produção Biológica 2023

30 de setembro de 2023

14.ª edição do Prémio CESE para a Sociedade Civil – prazo para apresentação das candidaturas

25 e 26 de outubro de 2023, Bruxelas

Reunião plenária do CESE

DIRETO AO ASSUNTO

As matérias-primas críticas estão já há algum tempo na primeira linha do debate público na Europa. À medida que a COVID-19 e os confinamentos perturbaram as cadeias de abastecimento internacionais, a indústria e os decisores políticos da UE tomaram dolorosamente consciência da necessidade de garantir a segurança do abastecimento da Europa em matérias-primas críticas, a fim de realizar a transição para uma economia descarbonizada.

Num momento em que os colegisladores da UE se preparam para debater e negociar o Regulamento Europeu Matérias-Primas Críticas, **Maurizio Mensi** e **Michal Pintér**, relator e correlator do parecer do CESE sobre a proposta legislativa, indicam o que é necessário fazer para assegurar que o regulamento seja realmente útil para a indústria europeia.



REGULAMENTO EUROPEU MATÉRIAS-PRIMAS CRÍTICAS: O QUE NÃO É CRÍTICO HOJE, PODE SÊ-LO AMANHÃ

por Maurizio Mensi e Michal Pintér

A lista de matérias-primas críticas deve permanecer flexível e ser revista de dois em dois anos de modo a acompanhar a evolução tecnológica e estratégica

A escassez de matérias-primas críticas que afeta a Europa só pode ser superada através de uma estratégia da UE audaciosa e abrangente que combine investimento, inovação, reciclagem, sustentabilidade e segurança do aprovisionamento. O Regulamento Matérias-Primas Críticas, apresentado pela Comissão Europeia, contempla tudo isto – sendo portanto bem-vindo –, além de contribuir para evitar potenciais distorções da concorrência e uma fragmentação do mercado único.

Atualmente, a taxa de dependência da UE em relação às importações de muitas das matérias-primas de que necessita situa-se entre 75% e 100%, o que a torna vulnerável do ponto de vista económico e estratégico (pense-se no caso da China, que proibiu recentemente a exportação de gálio e germânio).

O aumento acentuado na procura de matérias-primas críticas entre 2017 e 2022 deveu-se, em grande parte, à crescente popularidade das tecnologias limpas (veículos elétricos, baterias, sistemas solares fotovoltaicos, etc.), sendo o setor da energia o principal motor da procura de lítio (que mais do que triplicou), de cobalto (até 70%) e de níquel (até 40%). Neste contexto, é evidente que a própria segurança económica da UE depende de um aprovisionamento seguro de matérias-primas críticas, uma vez que os riscos nas cadeias de abastecimento de matérias-primas críticas afetam toda a economia e o mercado único.

Para o CESE, o primeiro passo consiste em assegurar um quadro jurídico previsível e estável, capaz de atrair investimento não só para a exploração e extração de matérias-primas, mas também para a transformação e a reciclagem (que podem fornecer quantidades significativas de cobre, lítio, níquel, cobalto e outros minerais preciosos provenientes de baterias usadas, detritos mineiros, etc.).

Por outro lado, é necessário que a lista de matérias-primas críticas seja flexível e possa ser facilmente adaptada e atualizada, pelo menos, de dois em dois anos. Esta necessidade advém do facto de que, para além das matérias enumeradas como estratégicas ou críticas na proposta de regulamento, existem outras que hoje não são consideradas críticas, mas que podem vir a sê-lo a médio e longo prazo. A avaliação da importância estratégica das diferentes matérias deve também ser setorial, de modo a refletir a procura nas diferentes indústrias.

Em terceiro lugar, há que assegurar uma ampla aceitação por parte do público. A expansão das indústrias extrativas, de transformação e de reciclagem criará novos postos de trabalho e contribuirá para o progresso económico. O setor das matérias-primas na UE assegura diretamente cerca de 350 000 empregos, mas mais de 30 milhões de empregos nas indústrias transformadoras dependem de um acesso às matérias-primas minerais. Contudo, a aceitação pelo público não pode ser considerada um dado adquirido. A garantia de um aprovisionamento sustentável de matérias primas e materiais avançados para a UE exigirá mais de 1,2 milhões de novos postos de trabalho até 2030. É fundamental apoiar a criação de competências no meio académico, mas também na indústria das matérias-primas e nas administrações públicas dos Estados-Membros, através de medidas orientadas tanto para os trabalhadores do setor como para os funcionários públicos.

Outra medida essencial consiste em assegurar um acesso fiável a quantidades suficientes de eletricidade não fóssil a preços competitivos. O CESE preconiza que se proceda a uma reforma dos fundos disponíveis para apoiar a fase de comercialização e cobrir os custos operacionais, em vez de se dar prioridade à fase de I&D de novos projetos estratégicos, como é o caso atualmente. Poder-se-á, assim, contribuir para que a UE esteja à altura das ambições da Lei de Redução da Inflação dos EUA.

Devemos também apoiar os mercados de matérias-primas secundárias, adotando medidas para criar mercados eficientes e para minimizar as perdas ocorridas quando essas matérias-primas vão para a sucata. Com efeito, os mercados secundários de matérias-primas são fundamentais para uma economia circular e podem beneficiar da eliminação dos obstáculos regulamentares, económicos ou técnicos que surgem em diferentes fases da cadeia de valor.

O CESE propõe que o financiamento público seja concedido mais facilmente nos casos em que as extrações tenham por base estudos económicos e ambientais preliminares que avaliem o seu impacto poluente. É por essa razão que é necessária uma coordenação com as regras em matéria de auxílios estatais. Além disso, alguns dos instrumentos anti-*trust* da UE devem ser adaptados de modo a facilitar a consecução dos objetivos estabelecidos na legislação, evitando-se ao mesmo tempo distorções indevidas da concorrência no mercado interno (por exemplo, o quadro de controlo das concentrações poderia ser aplicado de uma forma mais flexível, tendo em conta não só os objetivos do Pacto Ecológico, mas também os objetivos da legislação relativa às matérias-primas críticas).

Por último, há que adotar medidas eficazes de defesa comercial para proteger os novos investimentos europeus e garantir que a UE pode competir com outros intervenientes importantes. A fim de diversificar as fontes externas de matérias-primas críticas, a UE deve explorar vias para estabelecer parcerias e acordos de cooperação, incluindo com os países candidatos à adesão, financiando projetos para o desenvolvimento de campanhas de prospeção em novos locais selecionados e/ou em locais mineiros desafetados. Essas parcerias podem estar sujeitas aos compromissos dos países candidatos de alinharem mais rapidamente as suas políticas ambientais com a legislação e as normas da UE.

«UMA PERGUNTA A...»



Uma pergunta a...

Na nossa coluna «Uma pergunta a...», o CESE Info pediu ao relator Javier Doz que falasse sobre as novas regras propostas em matéria de governação económica da UE.



«Temos de ir além do Pacto de Estabilidade e Crescimento»

CESE Info: Qual é a posição do CESE relativamente à proposta da Comissão sobre a nova governação económica?

Javier Doz: A Comissão elaborou essa proposta tendo em vista a expiração, em janeiro de 2024, da cláusula de derrogação de âmbito geral, constante do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), os níveis elevados do défice e da dívida em muitos Estados-Membros após a pandemia e, provavelmente, na sequência de uma reflexão crítica sobre as consequências negativas da aplicação inflexível das regras do PEC na gestão política da Grande Recessão.

A proposta mantém os limites do défice e da dívida (3% e 60% do PIB, respetivamente), mas flexibiliza e distingue – de acordo com a situação dos Estados-Membros – a forma e os prazos para a consecução dessas metas.

Além disso, as regras são simplificadas, pois a taxa de crescimento das despesas primárias líquidas passa a ser o indicador principal, excluindo-se assim os juros da dívida, os subsídios de desemprego e as despesas financiadas por medidas discricionárias ou fundos europeus. A grande novidade são os planos orçamentais-estruturais com a duração de quatro a sete anos, que cada governo negociará com a Comissão e que deverão prever as reformas estruturais.

Em 26 de abril, a Comissão publicou duas propostas de regulamento e uma proposta de diretiva que alteram os objetivos do PEC sobre a coordenação das políticas económicas e a supervisão orçamental, o procedimento de défice excessivo e os requisitos aplicáveis aos quadros orçamentais. Após a forte pressão exercida pelo Governo alemão, introduziram-se algumas disposições mais rígidas relativamente à comunicação apresentada em novembro, nomeadamente a obrigação de reduzir a dívida a um ritmo anual de 0,5% do PIB para os países com um défice superior a 3% e a aplicação automática do procedimento de

défice excessivo aos países que se desviem do plano de médio prazo.

O CESE apoia os aspetos centrais do pacote da Comissão, os diferentes planos orçamentais-estruturais nacionais e a flexibilidade introduzida no PEC, mas entende que se devem manter as condições da proposta inicial de novembro e encetar um diálogo sobre a necessidade de ir além do quadro de 1997.

O CESE considera também que se deve focar, entre outras questões, a possibilidade de criar uma capacidade orçamental permanente da UE para se poder financiar uma variedade crescente de bens comuns europeus. Considera ainda que a participação dos parlamentos nacionais, dos órgãos de poder local e regional, dos parceiros sociais e das organizações da sociedade civil na elaboração dos planos orçamentais-estruturais reforçaria a apropriação nacional dos compromissos estabelecidos nesses mesmos planos.

O CESE considera necessário assegurar um tratamento distinto do investimento nos planos orçamentais-estruturais, em especial em matéria de transição ecológica e defesa. Importa também reforçar os objetivos sociais e laborais do investimento e das reformas e rever aturadamente a metodologia de análise da sustentabilidade da dívida e a participação dos governos e das autoridades orçamentais nacionais independentes no estabelecimento da trajetória técnica de redução da dívida.

ADIVINHE QUEM É O NOSSO CONVIDADO



O convidado surpresa

Este mês, o nosso convidado surpresa é o jornalista francês **Regis Genté** , residente na Geórgia, que analisa o conflito latente no seu país de acolhimento, enquanto todos os olhos estão postos na Ucrânia.

Régis Genté é um jornalista *freelance* e um especialista na antiga URSS. Residente em Tiblíssi desde 2008, cobre a Rússia, a Ucrânia, o Cáucaso e a Ásia Central para diversos meios de comunicação social franceses, incluindo a RFI, a France24 TV e o *Le Figaro*.

É também autor ou coautor de vários livros, nomeadamente o recente «Volodymyr Zelensky – Na cabeça de um herói», 2022; «Futbol, le ballon rond de Staline à Poutine» [Futebol, de Estaline a Putin], 2018; «Poutine et le Caucase» [Putin e o Cáucaso], 2014; e «Voyage au pays des Abkhazes» [Viagem ao país dos abcazes], 2012. (dm)



Geórgia: outra frente para a Rússia

O fim de 2023 será um momento extremamente delicado para a Geórgia. Em dezembro, o Conselho Europeu deverá decidir se concede ou não a esta antiga república soviética o estatuto de país candidato à adesão à UE.

Em junho de 2022, o Conselho recusou conceder este estatuto à Geórgia, ao contrário da Ucrânia e da Moldávia, devido à política manifestamente hostil ao Ocidente e, por conseguinte, pró-russa levada a cabo pelo Governo georgiano. Embora reconhecendo uma perspetiva europeia para a Geórgia, o Conselho condicionou a obtenção do estatuto de país candidato à aplicação de doze prioridades, nomeadamente em matéria de melhoria das condições do espaço mediático e da independência da justiça.

O país tem sido marcado por elevadas tensões sociopolíticas internas que resultam da divergência de pontos de vista entre o partido no poder – o «Sonho Georgiano», do oligarca Bidzina Ivanishvili (que acumulou uma fortuna de 4,5 mil milhões de euros na Rússia) – e os 3,7 milhões de georgianos: por um lado, existe um poder instalado desde 2012 que tem vindo a executar uma política que, hoje, parece ser decididamente pró-russa; por outro, uma população em que, segundo as últimas sondagens, 81% das pessoas manifestam o desejo de aderir à UE.

A perceção de que a Rússia manipula o Governo georgiano contribui também para essas tensões. Só desta forma se explica que o «Sonho Georgiano» tenha tentado adotar uma lei contra os designados «agentes estrangeiros», inspirada numa lei russa de 2012, tentativa que, sem surpresa, exasperou os georgianos que viram nesse diploma o risco de perderem por muitos anos a possibilidade de se aproximarem da Europa.

O poder russo está também empenhado em apoiar a política de rutura com o Ocidente levada a cabo pelo governo de Bidzina Ivanishvili. Enquanto os dirigentes georgianos minam sistematicamente os laços com os parceiros ocidentais (através de controvérsias sem fim com representantes da UE e dos EUA ou de propaganda sobre as alegadas intenções ocidentais de abrir uma segunda frente na Geórgia para enfraquecer a Rússia), o Kremlin louva as decisões do governo de Bidzina Ivanishvili e adota medidas para pacificar a opinião pública da Geórgia, como o restabelecimento dos voos diretos entre os dois países (suspensos desde 2019) ou a abolição da obrigação de visto para os georgianos que viajam para o território da antiga potência colonial.

Esta mistura explosiva mantém-se a apenas alguns meses da decisão do Conselho Europeu, que para muitos georgianos será histórica. Uma parte da opinião pública não perdoa à equipa de Bidzina Ivanishvili o facto de ter inserido de novo o país na esfera de influência russa. Outra, talvez maioritária, é sem dúvida pró-europeia, mas não sabe o que pensar face à comunicação do Governo, que critica violentamente o Ocidente e se diz empenhado em não irritar uma Rússia mais agressiva do que nunca. Os riscos de segurança são muito elevados num país que, recorde-se, foi palco do braço de ferro entre Moscovo e o Ocidente iniciado com a guerra russo-georgiana de 2008.

NOTÍCIAS DO CESE



Acabar com o idadismo: CESE insta Estados-Membros a elaborarem nova estratégia para as pessoas idosas

O Comité Económico e Social Europeu (CESE) instou a Comissão Europeia e os Estados-Membros a elaborarem uma nova estratégia europeia para as pessoas idosas, que se afastaria da atual perceção dos idosos como um fardo e um encargo para a sociedade. Em vez disso, a estratégia exploraria o potencial social, económico e intelectual, frequentemente negligenciado, das pessoas idosas.

Dada a falta de uma política abrangente para as pessoas idosas e o envelhecimento, esta seria a primeira estratégia da UE destinada a proteger os direitos das pessoas idosas e a assegurar a sua plena participação na sociedade e na economia.

A posição do CESE consta de um parecer adotado na reunião plenária de julho, em que se realizou um debate com a vice-presidente da Comissão responsável pela Democracia e Demografia, Dubravka Šuica, e a presidente da AGE Platform Europe, Heidrun Mollenkopf. O parecer foi solicitado pela Presidência espanhola do Conselho da UE.

A estratégia ajudaria a erradicar as visões idadistas que levam à discriminação das pessoas idosas, que, juntamente com a discriminação em razão do género, continua a estar no topo da lista das formas de discriminação mais comuns na UE, apesar de a Europa estar a envelhecer rapidamente. Segundo o Eurostat, em 2050, o número de pessoas na UE com idades compreendidas entre os 75 e os 84 anos deverá aumentar 56,1%, enquanto o número de pessoas com idades compreendidas entre os 65 e os 74 anos subirá 16,6%.

«O CESE lança um apelo claro e inequívoco à Comissão para que elabore uma estratégia europeia para as pessoas idosas antes do fim do presente mandato. Penso que se trata de um ponto de partida que terá repercussões de grande alcance para a política demográfica e social europeia», afirmou o relator do parecer, **Miguel Ángel Cabra de Luna**.

A **vice-presidente da Comissão**, **Dubravka Šuica**, afirmou: « As pessoas idosas não são uma despesa nem um encargo. São um ativo. Não podemos interpretar o desafio demográfico isoladamente. Temos de examinar de que forma interage com as megatendências como a dupla transição digital e ecológica.»

«As pessoas idosas não devem ser consideradas como beneficiárias de prestações sociais, mas sim como cidadãos com os mesmos direitos a uma vida plena e sem discriminação, à semelhança das pessoas de todas as faixas etárias. Esses direitos têm de ser assegurados em todos os domínios cívicos», afirmou

Heidrun Mollenkopf.

Além disso, as pessoas idosas detêm uma parte significativa da riqueza em muitos países e um grande poder de compra. Prevê-se que a economia grisalha, impulsionada pelos consumidores mais velhos, registe um crescimento significativo e atinja 5,7 biliões de euros em 2025. Para tirar partido desse potencial, a UE precisa de estratégias eficazes que tenham em conta a dinâmica de cada região e as oportunidades proporcionadas por essa economia. (II)



CESE inscreve a água na agenda da UE com primeiras propostas concretas do Pacto Azul

Abordar a gestão da água na ótica dos direitos humanos, estimular o investimento, criar rótulos de consumo e restruturar os preços: eis algumas das principais recomendações formuladas pelo CESE em seis pareceres sobre o tema da água, adotados na reunião plenária de julho. Esta é a primeira vaga de propostas do CESE, no âmbito da sua iniciativa «Pacto Azul», para uma política global da UE no domínio da água.

Em resposta aos desafios prementes neste domínio, o Comité Económico e Social Europeu está a desbravar caminho rumo a uma política da água sustentável para a Europa, através de um amplo conjunto de recomendações. O seu Pacto Azul preconiza uma abordagem uniforme em toda a Europa para erradicar a pobreza hídrica e assegurar o acesso a água e saneamento seguros e a preços acessíveis, considerando que se trata de um direito humano.

Para alcançar estes objetivos, o CESE destaca a importância de desenvolver infraestruturas e redes de distribuição de água sustentáveis e resilientes, começando por realizar avaliações do estado atual das infraestruturas hídricas e da disponibilidade de água em cada Estado-Membro, a fim de identificar as necessidades de investimento e assegurar uma gestão eficiente da água.

O CESE formula uma série de recomendações sobre a economia de um «Pacto Azul Europeu», tais como a aplicação de estratégias de fixação de preços que desincentivem o desperdício no consumo de água, propondo também novas formas de financiar as políticas da água. O CESE pretende posicionar a UE como líder mundial nas tecnologias eficientes em termos hídricos. Propõe a integração da água em todas as políticas industriais da UE, a fim de reduzir o consumo de água, promover a reutilização e a reciclagem e combater a poluição da água. Relativamente à agricultura, propõe uma abordagem semelhante, que assegure a plena integração da dimensão da água no âmbito da política agrícola comum (PAC).

Reconhecendo o poder dos consumidores enquanto força motriz da mudança, o CESE defende igualmente o incentivo à utilização de aparelhos eficientes do ponto de vista hídrico, que ostentem rótulos relativos ao seu consumo de água, e às práticas de circularidade na utilização da água, capacitando as pessoas a contribuírem para a solução.

Estas propostas serão consolidadas num conjunto de princípios fundamentais e ações, a apresentar às instituições europeias na conferência «*Em prol de um Pacto Azul Europeu*», em 26 de outubro de 2023. O objetivo do CESE é que a água seja uma das principais prioridades da próxima Comissão Europeia. (gb)



A promoção e o apoio à saúde mental exigem uma abordagem holística

O Comité Económico e Social Europeu (CESE) incentivou uma reforma dos sistemas de saúde em toda a UE, a fim de assegurar uma abordagem holística da saúde mental, no contexto de um pico nas perturbações de saúde mental e comportamentais entre os cidadãos europeus, em particular entre a população mais jovem da Europa.

Num parecer solicitado pela Presidência espanhola do Conselho da UE, adotado na reunião plenária de julho, o CESE afirmou que os cuidados de saúde mental devem centrar-se na prevenção atempada, na deteção precoce e nos cuidados de proximidade.

«É urgente proceder à reforma dos sistemas de saúde de toda a UE a fim de assegurar que proporcionam intervenções e cuidados integrados e planeados, a longo prazo, tanto no âmbito do tratamento como da prevenção, recorrendo a equipas multidisciplinares, em vez de se organizarem em torno de modelos de cuidados episódicos», declarou **Milena Angelova**, relatora do parecer.

«Temos de mudar os nossos sistemas de cuidados no campo da saúde mental. Necessitamos de mais especialistas e de mais apoio para as pessoas que requerem cuidados», acrescentou **Ivan Kokalov**, correlator do parecer.
Os jovens, as crianças, as mulheres e os grupos desfavorecidos, mas também as pessoas expostas a stresse prolongado, estão particularmente expostos ao risco de desenvolver perturbações mentais.

Como consequência da pandemia de COVID-19, a saúde mental deteriorou-se ainda mais, com cerca de 20% dos europeus a sofrer de problemas de saúde mental moderados a graves. Esta situação afetou, nomeadamente, a vida profissional e os rendimentos. Estima-se que, atualmente, as perturbações de saúde mental e comportamentais custam à UE cerca de 4% do seu PIB por ano.
As perturbações de saúde mental também estão a ter um impacto enorme na população e são responsáveis por aproximadamente 4% das mortes por ano na Europa, constituindo a segunda maior causa de morte dos jovens.

O CESE aplaude a Comissão Europeia pelo seu recente plano global para a saúde mental e exorta à sua rápida transposição para uma Estratégia da UE para a Saúde Mental, dotada de financiamento suficiente. A estratégia deve ter um calendário definido, estabelecer responsabilidades e incluir indicadores que permitam aferir os progressos.

Na opinião do CESE, os sistemas de saúde mental devem basear-se nos direitos humanos e centrar-se nas pessoas, bem como dar prioridade à capacitação das pessoas e à sua participação ativa no próprio processo

de recuperação.
O CESE recomenda com ênfase que a Comissão Europeia declare 2024 o Ano Europeu da Saúde Mental. Tal enviaria um sinal forte e incentivaria a formar uma aliança coesa para melhorar e promover a saúde mental em toda a UE.



CESE debate iniciativa «Membros honorários dos países do alargamento» que visa apoiar integração gradual dos candidatos à adesão à UE

Na reunião plenária de julho, o CESE acolheu os representantes das organizações da sociedade civil dos países candidatos à adesão e anunciou a iniciativa que visa nomear membros honorários dos países do alargamento e convidá-los a participar nos trabalhos consultivos diários do Comité

Como primeiro passo concreto para alcançar esse objetivo, o CESE organizou um debate na sua reunião plenária de julho sobre a importância da sociedade civil no processo de alargamento da UE. **O presidente do CESE, Oliver Röpke**, assinou também um memorando de entendimento com o Conselho de Cooperação Regional (CCR) para impulsionar a participação estruturada da sociedade civil e dos jovens na promoção da paz e da prosperidade na Europa do Sudeste.

O comissário da Vizinhança e Alargamento, **Olivér Várhelyi,** elogiou a iniciativa do CESE «Membros honorários dos países do alargamento», que permitirá manter a política do alargamento no topo da agenda da UE.

O primeiro-ministro da Moldávia, **Dorin Recean**, salientou que esta nova iniciativa do CESE vem no momento certo e reforçará a cooperação com a sociedade civil moldava.

Majlinda Bregu, secretária-geral do CCR, afirmou: «No CCR não conseguimos conceber a coordenação dos esforços regionais no âmbito da ambiciosa agenda verde para os Balcãs Ocidentais sem o nosso fórum consultivo das organizações da sociedade civil, nem a coordenação de esforços no sentido de um mercado regional sem a participação ativa das nossas câmaras de comércio.»

Bosko Savkovic, da Associação Patronal da Sérvia, elogiou a sociedade civil sérvia por erguer a sua voz e combater a desinformação estrangeira e pelas suas iniciativas que recordam à população sérvia a perspetiva de adesão à UE.

Oleksandr Yavorskyi, da Federação dos Empregadores da Ucrânia, declarou: «A Ucrânia escolheu iniciar o seu trajeto rumo à integração na UE muito antes do início da guerra. Os parceiros sociais e a sociedade civil ucranianos precisam agora de uma formação adequada que os prepare para o processo de adesão.»

Anisa Subashi, vice-presidente da Confederação dos Sindicatos da Albânia, destacou o papel desempenhado pelos sindicatos no reforço do diálogo social, em particular num momento em que o governo

albanês procura reduzir o espaço da sociedade civil.

Dajana Cvjetkovic, do Centro de Promoção da Sociedade Civil da Bósnia-Herzegovina, e **Daliborka Uljarevic**, diretora executiva do Centro para a Educação Cívica do Montenegro, sublinharam ambas o papel da sociedade civil no processo de alargamento. «Somos os pilares da nossa sociedade e damos voz às aspirações dos nossos concidadãos. Somos os aliados mais próximos das instituições da UE e esta iniciativa permitirá aprofundar ainda mais a nossa cooperação», afirmou **Daliborka Uljarevic**. (mt)



Plano Industrial do Pacto Ecológico: a UE pode fazer melhor

O plano para uma indústria de impacto zero carece de uma visão sobre a forma de assegurar que a indústria europeia se mantém competitiva e atrai investimento.

O CESE, de um modo geral, acolhe favoravelmente o Plano Industrial do Pacto Ecológico e o Regulamento Indústria de Impacto Zero, embora considere que ambos deveriam ser mais específicos quanto às medidas a adotar para melhorar os fatores de localização, impulsionar a competitividade das economias europeias e colocar a UE à frente dos seus rivais sistémicos.

«Temos uma posição muito crítica em relação ao facto de que foi preciso algo como a Lei de Redução da Inflação nos EUA para que a UE se sentisse impelida a agir», afirma **Sandra Parthie**, relatora do Parecer do CESE – Plano Industrial do Pacto Ecológico. «Gostaríamos que a UE tivesse agido mais cedo e reagido com mais firmeza e mais convicção, demonstrando às nossas empresas e sociedades que queremos realmente que a Europa mantenha a sua importância enquanto localização industrial, com bons empregos e bons salários para os trabalhadores».

Nas últimas décadas, a indústria europeia tornou-se menos competitiva em comparação com os seus principais rivais. O PIB *per capita* na UE diminuiu, tendo passado de cerca de 70% do PIB *per capita* nos Estados Unidos, na década de 2000, para menos de 66%. Entre 1999 e 2020, as percentagens de investimento bruto mundial dos EUA e da UE passaram de 29% para 20% e de 23% para 15%, respetivamente.

Para contrariar esta tendência decrescente, o CESE recomenda que se realize uma auditoria a fim de determinar de que forma a UE pode controlar e melhorar as suas cadeias de valor e evitar dependências excessivas. Propõe ainda que todas as propostas legislativas da UE sejam submetidas a um controlo da competitividade.

O CESE assinala ainda que a burocracia e a lentidão de processamento são problemas que exigem a adoção de medidas audaciosas. No que se refere ao financiamento público, constata-se que as decisões de concessão de apoio financeiro aos projetos e o acesso ao financiamento demoram demasiado tempo. O CESE defende que, para impedir que os investidores se afastem da Europa, há que adotar medidas para assegurar um financiamento atempado e facilmente acessível, tanto para as despesas de funcionamento

como de capital, abrangendo todos os tipos de empresas independentemente da sua dimensão.

O licenciamento é outro ponto em que o Plano Industrial do Pacto Ecológico fica aquém das expectativas, ou seja, destaca a necessidade de acelerar o processo de licenciamento para uma série de tecnologias de impacto zero e de assegurar mais apoio financeiro aos seus projetos, deixando outros setores numa situação mais difícil.

Na opinião do CESE, o Plano Industrial do Pacto Ecológico centra-se de forma demasiado estrita na promoção das tecnologias verdes e na escolha de «vencedores». Em vez disso, é necessário incentivar uma indústria diversificada com uma vasta gama de setores.
A Europa tem muitas indústrias pesadas e de base com utilização intensiva de energia que é necessário descarbonizar e que não estão incluídas no Plano Industrial do Pacto Ecológico.

A flexibilização das regras em matéria de auxílios estatais poderá tornar-se uma armadilha, uma vez que pode agravar as disparidades entre os Estados-Membros mais ricos e os mais pobres que não dispõem de folga orçamental para investir na transição ecológica nem para apoiar as suas indústrias e os seus agregados familiares. É por esta razão que deve haver um debate sério sobre a criação de um Fundo Europeu de Soberania destinado a disponibilizar recursos adicionais a nível da UE para financiar a transição.

Os números da Comissão Europeia comprovam que existe um potencial significativo de criação de emprego nas tecnologias de impacto zero, sendo necessários 180 000 trabalhadores no subsetor do hidrogénio para pilhas de combustível na indústria transformadora, 66 000 no setor da energia solar fotovoltaica na indústria transformadora e 800 000 na produção de baterias.

O Plano Industrial do Pacto Ecológico apoia o desenvolvimento de competências verdes, mas o CESE considera que é necessário apoiar o desenvolvimento de todas as competências necessárias na indústria. Importa igualmente acelerar e normalizar a atribuição de autorizações de trabalho a trabalhadores qualificados provenientes de países terceiros. (dm)



CESE insta UE a adotar uma abordagem coerente das políticas no domínio das matérias-primas favorável à segurança dos recursos e à transição ecológica

Num parecer adotado na reunião plenária de julho, o CESE exorta a UE a adotar uma abordagem abrangente das políticas no domínio das matérias-primas. Propõe alargar as listas de matérias-primas críticas, assegurar preços da energia justos, simplificar os procedimentos de concessão de licenças, dar prioridade à reciclagem e reforçar as capacidades das políticas da UE no domínio das matérias-primas.

Atualmente, a China domina o aprovisionamento mundial de matérias-primas críticas, ao passo que a Europa assegura menos de 5% da produção mundial de matérias-primas minerais. Uma vez que se prevê

que a procura de matérias-primas a nível mundial duplique até 2060, é imperativo agir.

Para enfrentar estes desafios, o CESE recomenda alargar a lista de matérias-primas críticas, a fim de incluir as que são vitais para as tecnologias verdes e sustentáveis, de modo a permitir políticas e investimentos específicos. Defende igualmente preços da energia justos, apoio financeiro, procedimentos de concessão de licenças simplificados e parcerias com outros países para aumentar a segurança dos recursos e impulsionar a transição ecológica da UE.

Maurizio Mensi, relator do parecer do CESE, salientou a necessidade de a legislação em matéria de resíduos dar prioridade à recuperação e reutilização de matérias-primas, a fim de reduzir a dependência de fontes primárias e fomentar o crescimento económico. No entanto, o Comité alerta para a importância de encontrar um equilíbrio entre a segurança dos recursos e as considerações ambientais, a fim de respeitar os objetivos de sustentabilidade da UE.

Michal Pintér, correlator do CESE, defendeu o reforço das capacidades das indústrias extrativas à escala da UE. O parecer apela para que se coloque a tónica no desenvolvimento do capital humano nas indústrias extrativas e na requalificação e melhoria das competências da mão de obra existente, a fim de promover a solidez do setor das matérias-primas.

Ao abordar coletivamente estes aspetos, a UE pode realizar com êxito a transição para uma economia verde, lançando as bases para um setor das matérias-primas resiliente, sustentável e competitivo a nível mundial. (gb)



Transição para a energia sustentável no setor das pescas e da aquicultura da UE: uma via para a neutralidade climática

O CESE congratula-se com a estratégia da Comissão Europeia para a transição energética no setor das pescas e da aquicultura da UE, conforme expõe num parecer solicitado pela Presidência espanhola e adotado na reunião plenária de julho. O CESE reconhece a necessidade urgente de reduzir as emissões de carbono e de promover alternativas energéticas sustentáveis, renováveis e comercialmente viáveis, salientando a importância de alcançar a neutralidade climática até 2050.

O CESE observa que o setor das pescas desempenha um papel crucial na atenuação dos efeitos das alterações climáticas. Os pescadores fornecem uma das proteínas animais mais saudáveis com uma pegada de carbono muito reduzida: segundo as estimativas, as emissões das pescas representam uma pequena fração do total mundial em 2023, o que demonstra o impacto ambiental relativamente baixo deste setor. Não obstante, o CESE insta a que se prossigam os esforços para reforçar a eficiência energética e continuar a reduzir as emissões.

«Para a descarbonização do setor das pescas, é indispensável adotar uma abordagem abrangente, criar incentivos financeiros e utilizar fontes de energia sem emissões», afirmou o relator do parecer, **Javier Garat Pérez**. «Tem de haver um equilíbrio entre realismo e ambição. Necessitamos de um calendário de descarbonização adequado e realista, que tenha em conta a evolução tecnológica, logística e legislativa. O custo da transição não deve ser um encargo para os empregadores ou os trabalhadores dos setores marítimos, nem deve deixar ninguém para trás. A conciliação entre os objetivos da descarbonização e a viabilidade económica é crucial para que a transição energética seja um êxito.»

O CESE reconhece que o desenvolvimento e a disponibilidade mundial de tecnologias verdes alternativas e inovadoras constituem um desafio. Propõe a hibridação como solução intermédia, explorando simultaneamente outras opções para além dos combustíveis fósseis. Além disso, observa que qualquer mudança de fonte de energia exigirá novos navios concebidos de forma inovadora e com maior capacidade de carga («arqueação bruta») para acolher novas máquinas. Por conseguinte, o CESE insta a Comissão Europeia a rever a definição de «capacidade de pesca», a fim de permitir a aplicação de novas tecnologias relacionadas com a transição energética. (ks)



Publicidade através de influenciadores – CESE propõe regulamento da UE para traçar linha vermelha

Regras devem estabelecer obrigações não só para influenciadores mas também para plataformas de partilha de vídeos e redes sociais

O *marketing* e a publicidade através de influenciadores foi um dos setores que registaram o crescimento mais rápido na última década. Esta atividade é vista pelos consumidores como mais próxima, autêntica e fiável do que a publicidade tradicional ou o patrocínio por celebridades, pelo que atrai volumes cada vez mais elevados de investimento das marcas.

No entanto, ao contrário da publicidade tradicional, que está sujeita a regras estritas, a publicidade dos influenciadores por vezes contorna o princípio da identificabilidade. A natureza comercial das publicações dos influenciadores nem sempre se encontra patente, pois os seus anúncios confundem-se com conteúdos editoriais independentes de estilo semelhante.

Esta falta de transparência é perigosa para os consumidores em geral e para os menores em particular. A exposição deste grupo vulnerável a publicidade oculta pode prejudicar o seu desenvolvimento físico, psicológico, social e emocional.

Deve a UE fazer alguma coisa a este respeito? «De facto, já existem na UE alguns mecanismos para lidar com os influenciadores, que são abrangidos pela legislação relativa a anunciantes e a vendedores e comerciantes. No entanto, consideramos que seria útil dispor de uma abordagem global deste fenómeno,

dado o seu rápido crescimento», afirma **Bernardo Hernández Bataller**, relator de um relatório do CESE sobre este assunto.

O Comité recomenda que a UE estabeleça obrigações específicas tanto para os administradores das plataformas de partilha de vídeos e das redes sociais em que os influenciadores operam como para os próprios criadores e influenciadores.

Os influenciadores devem:

- acompanhar todas as publicações com fins comerciais de um aviso bem visível;
- cumprir as regras de publicidade setoriais destinadas a garantir a proteção da saúde e da segurança dos consumidores e utilizadores, em particular, dos menores e de outros grupos vulneráveis;
- ser responsabilizados judicialmente se não indicarem de forma suficientemente explícita que são pagos para patrocinar ou promover um produto ou serviço, sempre que seja esse o caso.

Os administradores das plataformas e das redes sociais devem:

- ser responsabilizados judicialmente pelos conteúdos publicados pelos criadores de conteúdos e pelos influenciadores que alojam;
- ter a obrigação de retirar conteúdos ilícitos e comunicar atividades ilícitas;
- solicitar aos criadores de conteúdos/influenciadores que operam fora da UE uma identificação clara das pessoas que são juridicamente responsáveis pela sua atividade na UE e exigir que disponham de um seguro de responsabilidade civil profissional que cubra danos causados por atividades ilícitas.

A fim de proteger os menores, os administradores das plataformas e das redes sociais devem, juntamente com os influenciadores, assegurar:

- a possibilidade técnica de excluir os utilizadores menores do visionamento de quaisquer conteúdos sensíveis, que, em qualquer caso, devem conter a indicação «proibido a menores de 18 anos», exigir a verificação da idade e permitir o recurso ao controlo parental;
- a inclusão das palavras «publicidade», «comunicação comercial» ou «patrocinado por» nas publicações dos influenciadores destinadas aos menores e a menção «imagem retocada» no caso de imagens modificadas e a menção «imagem virtual» para produções criadas com recurso à inteligência artificial.

O parecer do CESE foi elaborado a pedido da Presidência espanhola do Conselho da UE, que se questiona sobre a necessidade de adotar um regulamento específico sobre esta matéria e solicitou que o Comité Económico e Social Europeu se pronunciasse sobre o assunto. (dm)



Inflação na UE ao nível mais elevado desde a introdução do euro: 96,5 milhões de pessoas em risco de pobreza

A inflação na União Europeia atingiu o seu auge desde a introdução do euro. Atualmente, 96,5 milhões de europeus estão em risco de pobreza e exclusão social: trata-se das pessoas mais afetadas pela subida generalizada dos preços dos bens e serviços, pelo aumento do custo da energia e pela perda de poder de compra.

Estes são apenas alguns dos números alarmantes revelados no parecer do CESE elaborado por **Felipe Medina Martín** e adotado na reunião plenária de julho.

A crise energética tem repercussões graves na economia europeia. Os preços elevados da energia, das matérias-primas, dos serviços e dos produtos industriais vieram aumentar a inflação, enfraquecer o crescimento económico e exercer uma forte pressão sobre as finanças públicas e as empresas, comprometendo a competitividade económica externa.

O CESE considera que, para reverter esta tendência, os agregados familiares e os setores essenciais (agroalimentar, transportes, retalho, etc.) devem beneficiar dos planos que se destinam a atenuar o impacto dos preços elevados da energia, pelo que insta as instituições europeias a criarem mecanismos de controlo. As futuras políticas devem ser adaptadas à situação, orientadas para uma finalidade e compatíveis com a transição, devendo também apoiar as famílias com rendimentos mais baixos e, em especial, as que enfrentam mais dificuldades.

Algumas medidas nacionais de controlo dos preços provaram ser as mais adequadas para atenuar os efeitos dos preços elevados dos bens de primeira necessidade para os orçamentos familiares. Por exemplo, a «exceção ibérica», aplicada ao sistema de fixação de preços no mercado da eletricidade, permitiu que Espanha e Portugal limitassem o preço do gás nas centrais de produção de eletricidade, reduzindo drasticamente a fatura. Um outro exemplo é a redução temporária do IVA sobre os preços da eletricidade, dos alimentos e dos combustíveis, adotada em alguns Estados-Membros. (mp)



Fortalecer o sistema bancário da UE: CESE apela para maior proteção, harmonização e proporcionalidade dos depósitos

Na sequência das recentes crises bancárias nos EUA e do caso do Credit Suisse, o CESE examinou a proposta da Comissão sobre a revisão do quadro de gestão de crises bancárias e de seguro de depósitos. O Comité apela nomeadamente para que se protejam os interesses dos bancos locais e de menor dimensão, dos depositantes e dos contribuintes e se harmonize o pacote Gestão de

Crises Bancárias e Seguro de Depósitos com a futura revisão das regras em matéria de auxílios estatais.

O Governo espanhol solicitou ao CESE que examinasse esta questão e apresentasse recomendações políticas aos colegisladores e à Presidência espanhola do Conselho da UE. A proposta da Comissão sobre a revisão do quadro de gestão de crises bancárias e de seguro de depósitos visa corrigir os riscos remanescentes presentes no setor bancário europeu, avançando rumo à conclusão da União Bancária e reforçando o mercado único da UE, no interesse dos depositantes e dos contribuintes.

«O CESE reconhece a importância da celeridade, da flexibilidade e da cooperação na resposta às crises bancárias, protegendo simultaneamente os depositantes e os contribuintes», observou o relator do CESE, **Giuseppe Guerini**. «A proposta da Comissão é mais um passo rumo à conclusão da União Bancária, crucial para alcançar a plena consolidação do sistema financeiro da UE e reduzir a fragmentação do mercado.»

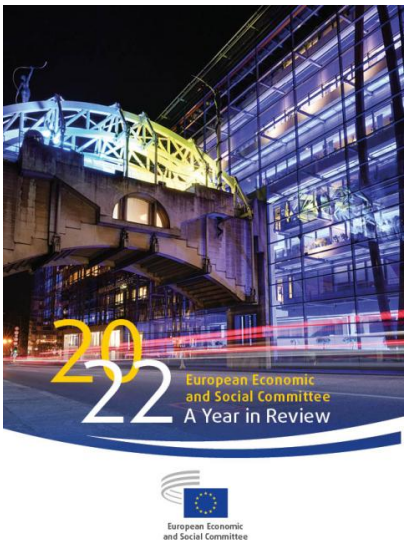
No seu parecer, o CESE insiste em que é fundamental harmonizar a proteção dos depósitos e avaliar as alternativas em matéria de insolvência e resolução, a fim de proteger os interesses dos depositantes e preservar a diversidade do ecossistema bancário europeu. (tk)



CESE comemora o seu 65.º aniversário

Em 1957 foi criado o Comité Económico e Social, dotado de competências consultivas para transmitir, através dos seus pareceres e de um vasto leque de outras atividades, a perspetiva e as preocupações da sociedade civil organizada aos órgãos de decisão europeus, aproximando assim a UE dos seus cidadãos.

No ano seguinte – há 65 anos – o Comité Económico e Social realizou a sua primeira reunião plenária. Para mais informações sobre o 65.º aniversário do CESE, consulte: www.eesc.europa.eu/65.



2022 em análise – o nosso relatório de atividades foi publicado!

Que atividades realizámos no ano passado? Pode consultar esta informação no nosso relatório de atividades de 2022: «A Year in Review» [Um ano em análise]. Quais foram os eventos e os temas mais importantes do ano passado?

O ano de 2022 foi marcado por acontecimentos dramáticos. Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma guerra não provocada contra a Ucrânia. Na sequência desta agressão, o CESE apoiou a sociedade civil ucraniana através de uma série de pareceres, conferências e resoluções. Abrimos as nossas instalações às organizações da sociedade civil ucranianas ativas em Bruxelas, proporcionando-lhes um local seguro para poderem continuar a trabalhar e manter a sociedade civil ucraniana viva. O nosso Prémio para a Sociedade Civil recompensou iniciativas destinadas a ajudar a população civil afetada pela guerra.

Em resposta ao aumento dos preços da energia, o CESE propôs a adoção de uma abordagem abrangente da transição energética, com base na necessidade de um novo modelo energético e de assegurar a independência energética da UE. E embora a UE continue a lutar contra as consequências da pandemia de COVID-19, os investimentos nas transformações ecológica e digital são hoje mais essenciais do que nunca. Por conseguinte, o Comité tem também apoiado a aplicação e execução dos planos nacionais de recuperação e resiliência.

Para mais informações, descarregue a brochura: https://www.eesc.europa.eu/pt/our-work/publications-other-work/publications/2022-year-review.

NOTÍCIAS DOS GRUPOS



Diplomacia climática deve ser iniciativa emblemática da política externa da UE

Por Stefano Mallia, presidente do Grupo dos Empregadores do CESE

Este verão, vários países do sul da Europa foram fustigados por incêndios florestais, que destruíram habitações e estâncias costeiras e reduziram vastas áreas florestais a cinzas, ao contrário da Eslovénia que foi atingida por inundações. Os eventos climáticos não são um fenómeno novo na Europa, mas aumentaram em intensidade, tanto na Europa como no resto do mundo. Não há dúvida de que as alterações climáticas estão a tornar estes fenómenos mais frequentes e extremos.

A pandemia de COVID-19, a guerra na Ucrânia e a subsequente crise energética dificultaram, de certa forma, os esforços para combater as alterações climáticas e conseguir uma verdadeira transição ecológica na Europa.

Alguns Estados-Membros adotaram uma série de medidas que acabam por atrasar a eliminação progressiva das atividades de extração de combustíveis fósseis, ou estão até a investir em novas atividades deste tipo para satisfazer as suas necessidades energéticas. Este comportamento envia mensagens confusas, não só aos cidadãos europeus, mas também aos países terceiros, que podem invocar esta situação para justificar atrasos nas suas próprias transições. Tudo isto pode, sem dúvida, comprometer a cimeira da COP28 deste ano, em que se pretende que os países cheguem a acordo sobre a eliminação progressiva da utilização de combustíveis fósseis que emitem CO_2.

É por este motivo que a UE deve manter uma abordagem coerente e consistente em matéria de política climática. Temos de praticar o que pregamos. Recentemente, a UE intensificou os seus trabalhos sobre diplomacia climática – cujo êxito depende em grande medida das decisões internas em matéria de política climática tomadas pela UE, mas também da aplicação efetiva do Pacto Ecológico Europeu. Apesar dos novos desafios geopolíticos, em rápida evolução, a UE deve ter uma visão mais informada dos aspetos geopolíticos do Pacto Ecológico Europeu. Tal exige uma estratégia nova, sólida e credível para adaptar a diplomacia climática da UE ao panorama geopolítico atual.

Qual deve ser o nosso ponto de partida? No CESE, acreditamos que se deveria enriquecer o conjunto de instrumentos da diplomacia climática com iniciativas destinadas não só a aumentar a ambição climática, mas também a partilhar a experiência da UE e a enfrentar os riscos relacionados com o clima.

Para pôr em prática a diplomacia climática, há que tirar partido da sua heterogeneidade. A criação de uma rede de diplomacia da sociedade civil poderia ser um ponto de partida.

À medida que avançamos, não há tempo a perder se quisermos evitar danos irreparáveis. A diplomacia climática é uma diplomacia preventiva, pelo que é claramente urgente promovê-la, convertendo-a numa iniciativa emblemática da política externa da UE.



Negociação coletiva, democracia e futuro do trabalho em debate no final do verão de 2023

Pelo Grupo dos Trabalhadores do CESE

Apesar de ser um dos fundamentos das relações laborais na Europa, a negociação coletiva varia de forma muito acentuada entre os Estados-Membros, proporcionando diferentes graus de

cobertura e proteção dos trabalhadores.

A negociação coletiva faz parte do processo de diálogo social, que constitui uma das prioridades da Presidência espanhola do Conselho da UE. O Grupo dos Trabalhadores está a trabalhar de perto com o Governo espanhol nestas matérias, em particular através do Parecer – Negociação coletiva ecológica e do Parecer – A democracia no local de trabalho. Estes temas serão debatidos no evento de alto nível sobre o diálogo social, organizado pela Presidência espanhola, que terá lugar em Santiago de Compostela em 21 e 22 de setembro de 2023.

O Grupo dos Trabalhadores debaterá a importância do diálogo social e da negociação coletiva em 20 de setembro e espera também ampliar os seus conhecimentos e clarificar o panorama complexo da negociação coletiva a nível da UE através do estudo que realizará brevemente, cujo convite à manifestação de interesse encerrou em 8 de setembro.



Temos de proteger e capacitar a sociedade civil jovem

Pelo Grupo das Organizações da Sociedade Civil do CESE

Em julho, o Grupo das Organizações da Sociedade Civil (Grupo III) do Comité Económico e Social Europeu (CESE) e os Jovens Federalistas Europeus coorganizaram um seminário para jovens sobre o tema «Juventude sob pressão: salvaguardar a participação dos jovens na sociedade civil». Este seminário surgiu na sequência de «webinários» anteriores sobre a participação cívica dos jovens, organizados pelo Grupo III em 2021 e 2022.

Ao longo do seminário, os representantes dos jovens e das instituições, incluindo os oradores convidados **Sergey Lagodinsky** (deputado ao Parlamento, Verdes/ALE), **Alessia Valentino** (jurista, Comissão Europeia) e **Christian Moos** (membro do Grupo III e relator do parecer do CESE sobre o pacote para a defesa da democracia, a publicar em breve), debateram as tendências e os ataques específicos aos espaços cívicos dos jovens em toda a Europa.

O evento destacou a necessidade urgente de coordenar o diálogo cívico a nível nacional e europeu, aumentar o financiamento para as organizações de jovens e fomentar a participação inclusiva de todos os jovens. Salientou igualmente a necessidade de estabelecer mecanismos para proteger os ativistas, de assegurar um seguimento significativo dos diálogos com os jovens e de abordar as restrições crescentes às organizações da sociedade civil. Apesar das perspetivas diferentes e do reconhecimento de que não há uma solução única para lidar com as preocupações nos diversos Estados-Membros, todos os oradores e participantes concordaram ser urgente proteger e capacitar a sociedade civil jovem para manter permanentemente a vitalidade das democracias.

Leia as conclusões e recomendações integrais do seminário disponíveis em: https://europa.eu/!DFFpPj.

SOON IN THE EESC/CULTURAL EVENTS



Prémios europeus da produção biológica 2023: CESE anuncia finalistas

O Comité Económico e Social Europeu (CESE) tem a honra de anunciar os finalistas de cada categoria da segunda edição dos prémios europeus da produção biológica, organizados conjuntamente com a Comissão Europeia e outros parceiros para recompensar a excelência na cadeia de valor biológica europeia. Os vencedores de cada categoria serão anunciados no dia 25 de setembro, no âmbito do Dia Biológico da UE, numa cerimónia especial, que contará com a presença de Janusz Wojciechowski, comissário da UE responsável pela Agricultura.

À medida que a transição para produtos biológicos acelera em toda a Europa, multiplicam-se as iniciativas verdadeiramente notáveis nesse domínio. Concluída a avaliação inicial, e na sequência de uma análise aprofundada de todas as candidaturas, temos a honra de anunciar os finalistas em cada uma das três categorias.

Finalistas por ordem alfabética:

1. **Melhor Pequena e Média Empresa (PME) de Transformação de Alimentos Bio**
    - **Ekološka kmetija Kukenberger**, Eslovénia, transformação de laticínios.
    - **Fürstenhof GmbH**, Alemanha, transformação de ovos e de carne de aves.
    - **The Merry Mill**, Irlanda, principalmente transformação de aveia e farinha sem glúten.

2. **Melhor Loja de Produtos Bio**
    - **Gut Wulkselde GmbH**, Alemanha, loja que vende produtos provenientes da sua própria exploração agrícol
    - **NaturaSì Ariele Conegliano**, Itália, loja que faz parte da rede NaturaSì.
    - **Valle y Vega Cooperative Agroecológica de Granada**, Espanha, loja gerida por uma cooperati agrícola.

3. **Melhor Restaurante/Serviço de Restauração Coletiva Bio**
    - **Biohotel St. Daniel**, Eslovénia, restaurante integrado num «hotel bio».
    - **Luftburg – Kolariks Freizeitbetriebe GmbH**, Áustria, restaurante adaptado às famílias.
    - **Trnulja Country Estate**, Eslovénia, restaurante situado numa propriedade rural.

"Graças à sua rede de organizações da sociedade civil, o CESE recebeu, uma vez mais, candidaturas de muita qualidade. Estes projetos notáveis abrangem toda a cadeia de valor biológica, dando um sinal claro de que já está em curso uma verdadeira transição no terreno para sistemas alimentares mais sustentáveis e equitativos. É agora imperativo criar as condições necessárias para que estas iniciativas floresçam e se multipliquem nas várias regiões", declarou **Peter Schmidt**, presidente da Secção da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Ambiente (NAT) do CESE.

Os prémios foram lançados no âmbito do compromisso assumido no Plano de Ação para o Desenvolvimento da Produção Biológica de recompensar a excelência na cadeia de valor biológica, do agricultor ao restaurante. Distinguem os melhores e mais inovadores operadores biológicos que contribuem para reduzir a pegada climática e ecológica da agricultura e cujas ações ajudarão a concretizar as ambições da Estratégia do Prado ao Prato e da Estratégia de Biodiversidade.

Para mais informações sobre os candidatos, os critérios de seleção e os prémios em geral, consulte o sítio Web dos prémios europeus da produção biológica e o sítio Web do CESE. (ks)



CESE lança convite à apresentação de candidaturas ao seu Prémio para a Sociedade Civil sobre a saúde mental

O Comité Económico e Social Europeu (CESE) lançou a 14.ª edição do seu Prémio para a Sociedade Civil dedicado a organizações da sociedade civil, pessoas singulares e empresas privadas, estabelecidas ou residentes na União Europeia.

Ao escolher a **saúde mental** como tema deste ano, o CESE recompensará projetos sem fins lucrativos criativos e inovadores que ajudem as pessoas com problemas de saúde mental e criem um ambiente favorável ao seu bem-estar mental, quer a nível individual quer como esforço coletivo.

A dotação total do prémio, no valor de 50 mil euros, será partilhada por um máximo de cinco vencedores. **O prazo para a apresentação das candidaturas decorre até às 10 horas (hora de Bruxelas) de 30 de setembro de 2023.** A cerimónia de entrega dos prémios deverá realizar-se durante a Semana da Sociedade Civil do CESE, na primavera de 2024.

Para serem elegíveis, as iniciativas e os projetos têm de ser realizados na UE. Devem já ter sido implementados ou estar ainda em curso. Para serem aceites, as candidaturas devem estar relacionadas com, pelo menos, um dos temas referidos nos critérios de elegibilidade publicados nas Regras aplicáveis à 14.ª edição do Prémio CESE para a Sociedade Civil, disponíveis na respetiva página Web do CESE.

Os projetos podem centrar-se, nomeadamente, na prevenção e na luta contra os riscos psicossociais no trabalho e na promoção de uma cultura benévola no local de trabalho. Podem também examinar as necessidades em termos de saúde mental dos grupos desfavorecidos e das pessoas idosas ou promover o bem-estar mental em crianças e adolescentes.

Serão igualmente elegíveis projetos centrados no trabalho comunitário, como a capacitação das comunidades locais, a criação de redes para a participação da comunidade e a criação de um ambiente favorável à saúde mental. A melhoria da literacia em matéria de saúde mental e o combate ao estigma que muitas vezes dissuade as pessoas de procurarem ajuda também serão aceites como temas de candidatura.

O CESE espera que o seu prémio distinga e dê a conhecer os esforços não estatais envidados até à data para ajudar as pessoas que vivem com doença mental. Pretende igualmente promover os projetos em curso e inspirar novos projetos, salientando, assim, o contributo desses projetos para travar a propagação desta epidemia silenciosa na UE.

O objetivo do Prémio CESE para a Sociedade Civil é sensibilizar para o contributo excecional da sociedade civil no sentido de criar uma identidade e cidadania europeias e promover os valores comuns que reforçam a integração europeia. Todos os anos, o prémio centra-se em temas particularmente importantes para a UE. A juventude e a ajuda à Ucrânia, o clima e a igualdade de género foram alguns dos temas em edições passadas. Excecionalmente, em 2020, o CESE atribuiu o Prémio para a Solidariedade Civil, de edição única, dedicado à luta contra a COVID-19.

Siga esta hiperligação para se candidatar. (II)

Editores

Ewa Haczyk-Plumley (editor-in-chief)
Daniela Marangoni (dm)

Colaboraram nesta edição

Millie Tsoumani (mt)
Daniela Marangoni (dm)
Daniela Vincenti (dv)
Ewa Haczyk-Plumley (ehp)
Giorgia Battiato (gb)
Jasmin Kloetzing (jk)
Katerina Serifi (ks)
Katharina Radler (kr)
Laura Lui (ll)
Marco Pezzani (mp)
Margarita Gavanas (mg)
Margarida Reis (mr)
Pablo Ribera Paya (prp)
Aude François (af)
Thomas Kersten (tk)

Coordination

Agata Berdys (ab)
Giorgia Battiato (gb)

Technical support
Bernhard Knoblach (bk)
Joris Vanderlinden (jv)

Endereço

Comité Económico e Social Europeu
Edifício Jacques Delors, Rue Belliard, 99, B-1040
Bruxelas, Bélgica
Tel. +32 2 546 94 76
Correio eletrónico: eescinfo@eesc.europa.eu

O CESE Info é publicado nove vezes por ano, por ocasião das reuniões plenárias do CESE. ?Está disponível em 23 línguas.
O CESE Info não pode ser considerado como o relato oficial dos trabalhos do CESE, que se encontra no Jornal Oficial da União Europeia e noutras publicações do Comité.
A reprodução, com menção do CESE Info como fonte, é autorizada (mediante envio da hiperligação à redação).

09/2023